



Efeitos da continuidade ou encerramento da eleição estadual sobre o voto presidencial no 2º turno (2002–2022)

Fábio Vasconcellos
INCT ReDem; UERJ; PUC-Rio

Efeitos da continuidade ou encerramento da eleição estadual sobre o voto presidencial no 2º turno (2002–2022)

Fábio Vasconcellos

Resumo

Introdução: O debate político brasileiro assume que a eleição de governadores no primeiro turno favorece as candidaturas presidenciais aliadas no segundo. Este estudo testa a hipótese inversa: a definição antecipada do pleito estadual desmobiliza as máquinas partidárias locais, impondo perdas à chapa presidencial. **Métodos:** Construímos um painel com mais de 66 mil observações município-ano nas seis eleições gerais entre 2002 e 2022. O desenho explora a assimetria institucional do período (100% de segundo turno presidencial contra 54,9% de encerramento no primeiro turno para governador), com modelos de efeitos fixos de duas vias (TWFE), erros-padrão clusterizados por estado e testes de robustez sobre palanques ativos e abstenção. **Resultados:** O efeito agregado nacional é nulo (–0,02 p.p.), mas há forte heterogeneidade regional. A vitória estadual antecipada impõe perdas ao presidenciável aliado no Centro-Oeste (–2,98 a –3,96 p.p.) e no Sudeste (–1,38 a –3,32 p.p.), associadas à desmobilização de rua; Nordeste e Sul não apresentam efeitos significativos e, no Norte, o efeito emerge apenas após 2018. A abstenção sobe na ausência de segundo turno estadual, sobretudo no Norte e no Nordeste. **Discussão:** A transferência de votos governador-presidente é operacional, não simbólica: satisfeito o interesse estadual, aliados locais adotam comportamento de *free-rider*, com perdas capazes de alterar disputas presidenciais acirradas.

Palavras-chave

coordenação eleitoral; desmobilização política; abstenção eleitoral; federalismo eleitoral; eleições presidenciais.

Fábio Vasconcellos

INCT ReDem; UERJ; PUC-Rio

fabio.vasconcellos10@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1823-7789>

Abstract

Introduction: Political debate in Brazil often assumes that first-round gubernatorial victories benefit allied presidential candidates in the runoff. This study tests the converse hypothesis: that the early resolution of gubernatorial contests demobilizes local party organizations, thereby imposing electoral costs on allied presidential candidates.

Methods: We constructed a panel dataset comprising more than 66,000 candidate–municipality–election observations across the six Brazilian general elections held between 2002 and 2022. The research design exploits the period's institutional asymmetry: all presidential contests went to a runoff, whereas 54.9% of gubernatorial contests were decided in the first round. We estimate two-way fixed-effects (TWFE) models with standard errors clustered at the state level and conduct robustness tests examining the persistence of active gubernatorial campaigns and changes in voter abstention. **Results:** Although the aggregate national effect is statistically indistinguishable from zero (−0.02 percentage points), pronounced regional heterogeneity emerges. First-round gubernatorial victories are associated with losses for allied presidential candidates in the Center-West (−2.98 to −3.96 percentage points) and the Southeast (−1.38 to −3.32 percentage points), consistent with the demobilization of ground campaigning. The effects are not statistically significant in the Northeast or the South, whereas in the North a significant effect emerges only after 2018. The absence of a state-level runoff also increases voter abstention, particularly in the North and the Northeast. **Discussion:** Gubernatorial support for presidential candidates operates through campaign organization rather than symbolic endorsement alone. Once the state-level contest has been settled, local allies have incentives to free-ride, producing electoral losses large enough to affect the outcome of closely contested presidential races.

Keywords

electoral coordination; party demobilization; voter abstention; electoral federalism; presidential elections.

Introdução

Frequentemente, o debate político no Brasil considera que eleições de governadores decididas ainda no primeiro turno produzem efeitos positivos nas candidaturas à Presidência da República da mesma coligação. A premissa subjacente a essa visão é a de que, com a disputa estadual liquidada, a coordenação partidária regional poderia concentrar esforços materiais e políticos na campanha presidencial, ampliando a tração da candidatura ao Palácio do Planalto no segundo turno. Embora pouco abordada, é possível, no entanto, uma hipótese inversa, na qual o encerramento da disputa estadual desmobiliza as máquinas partidárias locais, com impacto negativo no desempenho do candidato a presidente aliado.

Neste estudo, testamos essa hipótese. O objetivo é examinar qual a direção e a magnitude empírica desses efeitos. Para isso, estruturamos uma modelagem econométrica em dados de painel com mais de 66 mil observações município-ano nas seis eleições gerais brasileiras entre 2002 e 2022. No modelo, pareamos o desempenho municipal dos candidatos a presidente entre o primeiro e o segundo turno com a situação institucional da candidatura a governador à qual estavam formalmente coligados no TSE, testando se a liquidação da disputa local no 1º turno impõe ganhos ou perdas à votação presidencial.

Resumidamente, os dados agregados para o Brasil apontam um efeito médio estatisticamente nulo ($-0,03$ p.p., $p = 0,9833$) quando consideramos o modelo mais restrito (apenas governadores eleitos). Campanhas de governadores eleitos no 1º Turno não produzem efeitos sobre os percentuais de votos do candidato a presidente aliado. O resultado agregado, contudo, oculta uma profunda e substantiva heterogeneidade regional.

Quando aplicamos corte regional encontramos outro comportamento. A desmobilização partidária, em razão da eleição em 1º Turno do governador, impõe perdas significativas de três pontos percentuais ao candidato a presidente no Sudeste e de quase quatro pontos no Centro-Oeste. Na Região Norte, o efeito só ocorre pós-2018, com redução de até dois pontos percentuais.

Em toda a série, a Região Nordeste permaneceu imune a esses efeitos. Embora o impacto médio tenha sido positivo em um ponto percentual, os resultados não foram estatisticamente significativos, mesmo caso da Região Sul, com aumento de quatro pontos percentuais, mas não significativo. Quando aplicamos o

modelo mais flexível, isto é, considerando os casos de governadores eleitos e não eleitos, os resultados apresentam pequeno ajuste nos pontos percentuais, mas, mesmo assim, continuaram significativos para Sudeste e Centro-Oeste.

1. O contexto eleitoral: o quase-experimento natural (2002–2022)

Ao longo das seis eleições gerais realizadas entre 2002 e 2022, o Brasil apresentou um contraste institucional entre o plano nacional e o regional. Em 100% dos pleitos, a disputa para a Presidência da República exigiu um segundo turno para a sua definição. Em contrapartida, no mesmo período e sob o mesmo calendário e regras eleitorais, as disputas estaduais para governador apresentaram um padrão marcadamente distinto. No conjunto das 162 disputas estaduais examinadas, mais da metade (89 pleitos, 54,94%) foi liquidada no primeiro turno, enquanto 73 eleições (45,06%) seguiram para a disputa de segundo turno.

Tabela 1: Distribuição das eleições para governador com e sem segundo turno (2002–2022)

Recorte temporal/regional	1º turno (encerradas)	2º turno (ativas)	Total de pleitos	Proporção no 1º turno (%)
Eleição 2002	13 UFs	14 UFs	27 UFs	48,1%
Eleição 2006	17 UFs	10 UFs	27 UFs	63,0%
Eleição 2010	18 UFs	9 UFs	27 UFs	66,7%
Eleição 2014	13 UFs	14 UFs	27 UFs	48,1%
Eleição 2018	13 UFs	14 UFs	27 UFs	48,1%
Eleição 2022	15 UFs	12 UFs	27 UFs	55,6%
Sudeste (SP, MG, RJ, ES)	16 pleitos	8 pleitos	24 pleitos	66,7%
Nordeste (9 estados)	33 pleitos	21 pleitos	54 pleitos	61,1%
Centro-Oeste (DF, GO, MT, MS)	13 pleitos	11 pleitos	24 pleitos	54,2%
Norte (7 estados)	20 pleitos	22 pleitos	42 pleitos	47,6%
Sul (PR, SC, RS)	7 pleitos	11 pleitos	18 pleitos	38,9%
Eleições presidenciais (2002–2022)	0 pleitos (0,0%)	6 pleitos (100,0%)	6 pleitos	0,0%
Total geral estaduais (Brasil)	89 pleitos (54,9%)	74 pleitos (45,1%)	162 pleitos	54,9%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

A configuração institucional das disputas para governador e presidente entre 2002 e 2022 estabelece três fundamentos analíticos importantes para a nossa análise:

- a) Assimetria institucional recorrente: enquanto os presidenciáveis sempre precisaram disputar votos em uma segunda rodada de campanha em 100% dos anos eleitorais, em mais da metade dos estados (54,9%) a disputa para governador já estava liquidada. Esse cenário cria, em tese, uma assimetria estrutural de coordenação e esforço partidário para o candidato a presidente nesses respectivos estados.
- b) Quase-experimento contrafactual balanceado: a proporção de 54,9% de estados tratados (disputa encerrada no 1T) contra 45,1% de estados no grupo de controle (disputa ativa no 2T) distribui-se de forma contínua em todos os anos da série. Esse equilíbrio oferece poder estatístico e variação empírica para que o modelo em painel possa isolar choques temporais e características estaduais permanentes.
- c) Relevância estratégica: a possível desmobilização partidária não representaria um evento episódico, mas uma regra preponderante em regiões de alta densidade eleitoral como o Sudeste (66,7% no 1T), o Nordeste (61,1% no 1T) e o Centro-Oeste (54,2% no 1T).

Em termos analíticos, a convergência desses três fatores transforma a assimetria do calendário eleitoral em uma oportunidade metodológica. A vitória de um governador no primeiro turno atua como uma interrupção da infraestrutura de campanha local enquanto a disputa presidencial permanece ativa em todo o país. Como a distribuição entre estados mobilizados e desmobilizados é equilibrada e recorrente ao longo de duas décadas, é possível tratar esse cenário como um quase-experimento natural. Ou seja, é possível comparar o desempenho dos presidenciáveis sob a presença ou ausência da máquina política local, controlando tanto os choques de opinião pública nacional quanto as características permanentes de cada estado.

2. Desenho metodológico

Para identificar o efeito da vitória antecipada do governador sobre o desempenho eleitoral no segundo turno presidencial, adotamos um modelo do

tipo painel com efeitos fixos (Two-Way Fixed Effects – TWFE), segundo a abordagem de Angrist & Pischke (2009) e a formulação apresentada por Imai & Kim (2021). Essa especificação neutraliza simultaneamente duas fontes críticas de viés de confusão:

- **Efeitos fixos de estado:** absorvem todas as características institucionais, geográficas e culturais que diferenciam as Unidades da Federação de forma permanente, garantindo que o efeito seja estimado estritamente a partir da variação temporal interna de cada estado ao longo das eleições.
- **Efeitos fixos de ano:** expurgam os choques conjunturais agregados, como ondas nacionais de opinião pública que afetam o país no mesmo pleito.

Para tratar a dependência espacial e política dos dados, decorrente do fato de a variável de tratamento (a vitória do governador) ocorrer no nível da Unidade da Federação, enquanto a unidade de observação é o município (mais de 5.500 cidades), os modelos adotam uma matriz de covariâncias com erros-padrão clusterizados por estado (cluster-UF).

Na prática, esse procedimento corrige o problema clássico, em que, sem o ajuste de cluster, o modelo trataria cada município como uma observação independente, ignorando que cidades do mesmo estado compartilham a mesma dinâmica política. Ignorar essa correlação intraestadual subestimaria artificialmente os resultados, ampliando os riscos de falsos positivos (Erro Tipo I), isto é, declarar um efeito como estatisticamente significativo quando ele reflete apenas ruído comum àquele estado.

2.1 Como o modelo calcula o efeito: uma ilustração intuitiva

Para compreender a mecânica do modelo aplicado nos testes, comparemos dois cenários reais ocorridos no município de Ribeirão Preto (SP):

- **Cenário A (Disputa estadual encerrada no 1º turno, eleições 2006):** com a vitória de José Serra (PSDB) no primeiro turno, houve a desmobilização da estrutura de rua da chapa estadual no segundo turno. Em Ribeirão Preto, o candidato a presidente aliado de Serra (Geraldo Alckmin/PSDB) recuou -0,84 p.p. entre os dois turnos, passando de 58,50% para 57,66%. No mesmo município, o adversário de Alckmin (Luiz Inácio Lula da Silva), cuja

militância seguiu ativa, avançou +13,01 p.p., passando de 29,34% para 42,34%. Sem a máquina de campanha estadual, Alckmin sofreu uma desidratação líquida de -13,85 p.p. em relação ao adversário.

- **Cenário B (Disputa estadual em pleno vapor no 2º turno, eleições 2022):** a eleição para o governo de São Paulo foi disputada no segundo turno entre Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Fernando Haddad (PT), mantendo os dois palanques estaduais ativos para a corrida presidencial. Beneficiado pela campanha conjunta de Tarcísio, o candidato a presidente aliado Jair Bolsonaro (PL) avançou +7,06 p.p. nos votos válidos em Ribeirão Preto, passando de 52,56% para 59,62%. O adversário (Lula) cresceu apenas +3,77 p.p. (de 36,62% para 40,38%). Com a campanha estadual nas ruas, Bolsonaro obteve uma tração líquida de +3,29 p.p. sobre o concorrente (Lula).

Avaliar esses dois cenários apenas pelas variações brutas em pontos percentuais implicaria um erro metodológico, uma vez que ondas políticas nacionais, como o movimento pró-Lula no 2º turno de 2006 ou a polarização nacionalizada de 2022, afetam diretamente as dinâmicas locais. Para limitar esse erro, o modelo aplica a lógica comparativa para todos os municípios ao longo de 20 anos (2002 a 2022), mas descontando estatisticamente as marés nacionais de opinião pública (efeitos fixos de ano) e as características históricas e estruturais de cada cidade (efeitos fixos de unidade). Com essa estratégia, buscamos isolar o efeito líquido da mobilização ou desmobilização da máquina partidária estadual sobre o ganho ou perda de votos do candidato a presidente.

A modelagem aplica, portanto, três filtros estatísticos simultâneos em cada município:

- **Filtro da maré nacional (efeitos fixos de ano):** desconta a oscilação política média do país naquele ano eleitoral, impedindo que ondas nacionais de opinião sejam erroneamente atribuídas aos governadores.
- **Filtro do perfil e do ponto de partida da cidade (efeitos fixos e controles municipais):** neutraliza o viés histórico de votação de cada município e controla o tamanho do eleitorado e a base de votos já consolidada no 1º turno.
- **Filtro contrafactual (grupo de controle):** compara o desempenho do candidato aliado nos estados com disputa encerrada contra o

desempenho observado nos estados onde o 2º turno para governador continuou a pleno vapor, mantendo constantes o calendário e a conjuntura política.

2.2 Critérios institucionais e classificação das variáveis

Por se tratar de ponto determinante no nosso teste, a definição de governadores aliados e não aliados seguiu um critério rígido, segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Uma candidatura ao governo estadual foi classificada como aliada se, e somente se, o partido titular da chapa majoritária pertencesse formalmente à coligação nacional oficial do candidato a presidente (ou fosse do mesmo partido).

Esse critério eliminou a ambiguidade de apoios informais e impediu um problema metodológico de duplo alinhamento (situações em que uma chapa estadual seria simultaneamente atribuída a dois presidenciáveis concorrentes). Vale destacar que, ao classificar alianças informais como “neutras”, situação em que há alinhamento político, mas sem registro formal da chapa, os resultados do modelo operam numa linha conservadora. Ou seja, as eventuais perdas ou ganhos estimados operem em um limite inferior do impacto real.

Tabela 2: Dicionário de variáveis

Variável	Descrição operacional	Função metodológica
DELTA_PCT_PRES	Variação na proporção de votos válidos obtidos pelo candidato a presidente entre o 1º e o 2º turno no município (PCT_2T - PCT_1T), em pontos percentuais (p.p.).	Variável dependente (<i>outcome</i>): mede a aceleração ou desaceleração do crescimento eleitoral do presidenciável.
GOV_ELEITO_1T	Variável binária (<i>dummy</i>). Assume 1 se a eleição para governador do estado foi decidida no 1º turno e 0 se seguiu para o 2º turno.	Variável de tratamento principal: testa a hipótese de desmobilização da máquina quando a disputa local encerra no 1º turno.
ALINHADO_COLIGACAO	Variável binária (<i>dummy</i>). Assume 1 se o partido do governador pertencia formalmente à coligação nacional do candidato a presidente no TSE, e 0 caso contrário.	Critério de vinculação institucional: identifica o canal formal de transferência de palanque e apoio partidário.
GOV_ELEITO_1T* ALINHADO	Termo de interação multiplicativa entre a vitória no 1º turno e o alinhamento da chapa.	Estimador de Diferenças em Diferenças (DiD): isola se o efeito atinge exclusivamente os aliados frente aos opositores.
PCT_PRES_1T	Percentual de votos válidos obtido pelo candidato a presidente no 1º turno no município.	Controle de linha de base e efeito teto: neutraliza a força prévia de largada e o espaço matemático de crescimento.

LOG_ELEITORADO	Logaritmo natural do total de votos válidos apurados no 1º turno no município ($\log(\text{Total_Validos} + 1)$).	Controle de escala demográfica: ajusta para disparidades estruturais entre pequenos municípios e grandes metrópoles.
C(ANO_ELEICAO)	Vetor de variáveis binárias (<i>dummies</i>) para cada ano eleitoral da série (2002 a 2022).	Efeito fixo de tempo (TWFE): absorve choques macroeconômicos e ondas nacionais comuns a todos os municípios no mesmo pleito.
C(SG_UF)	Vetor de variáveis binárias (<i>dummies</i>) para as 27 Unidades da Federação.	Efeito fixo de espaço (TWFE): absorve características estruturais invariantes de cada estado (cultura política, renda histórica).
CLUSTER_UF	Ajuste assintótico da matriz de covariâncias agrupada por estado (<i>cov_type=cluster</i>).	Correção de dependência espacial: corrige correlações intraestaduais geradas pelo tratamento macro sobre microdados municipais.
DELTA_PCT_ABST	Variação da taxa de abstenção entre o 1º e o 2º turno municipal ($\text{PCT_ABST_2T} - \text{PCT_ABST_1T}$), em p.p.	Variável de teste de mecanismo: avalia se a desmobilização afeta a presença física do eleitor nas urnas (canal comportamental).
MARGEM_50	Margem de votação do candidato a governador em relação ao limiar de 50% dos votos válidos no 1º turno ($\text{PCT_GOV_1T} - 50.0$).	Variável de forçamento (RDD): utilizada na Regressão com Descontinuidade para estimar o salto causal na vizinhança dos 50%.
STATUS_PALANQUE	Variável categórica com três níveis: 1) Aliado eleito no 1º turno; 2) Aliado disputou o 2º turno e venceu; 3) Aliado disputou o 2º turno e foi derrotado	Teste de equivalência da mobilização (Modelo V2): avalia se a presença da campanha ativa no 2º turno impulsiona o voto presidencial com a mesma

intensidade, independentemente de o aliado estadual vencer ou perder a disputa.

DUMMY_POS_2018

Variável binária (dummy). Assume valor 1 para os pleitos de 2018 e 2022 (ciclo eleitoral recente) e 0 para as eleições entre 2002 e 2014

Controle de ruptura temporal: testa a estabilidade histórica dos efeitos ao longo do tempo e captura a inflexão comportamental observada na Região Norte e na taxa de abstenção recente.

Fonte: elaboração própria

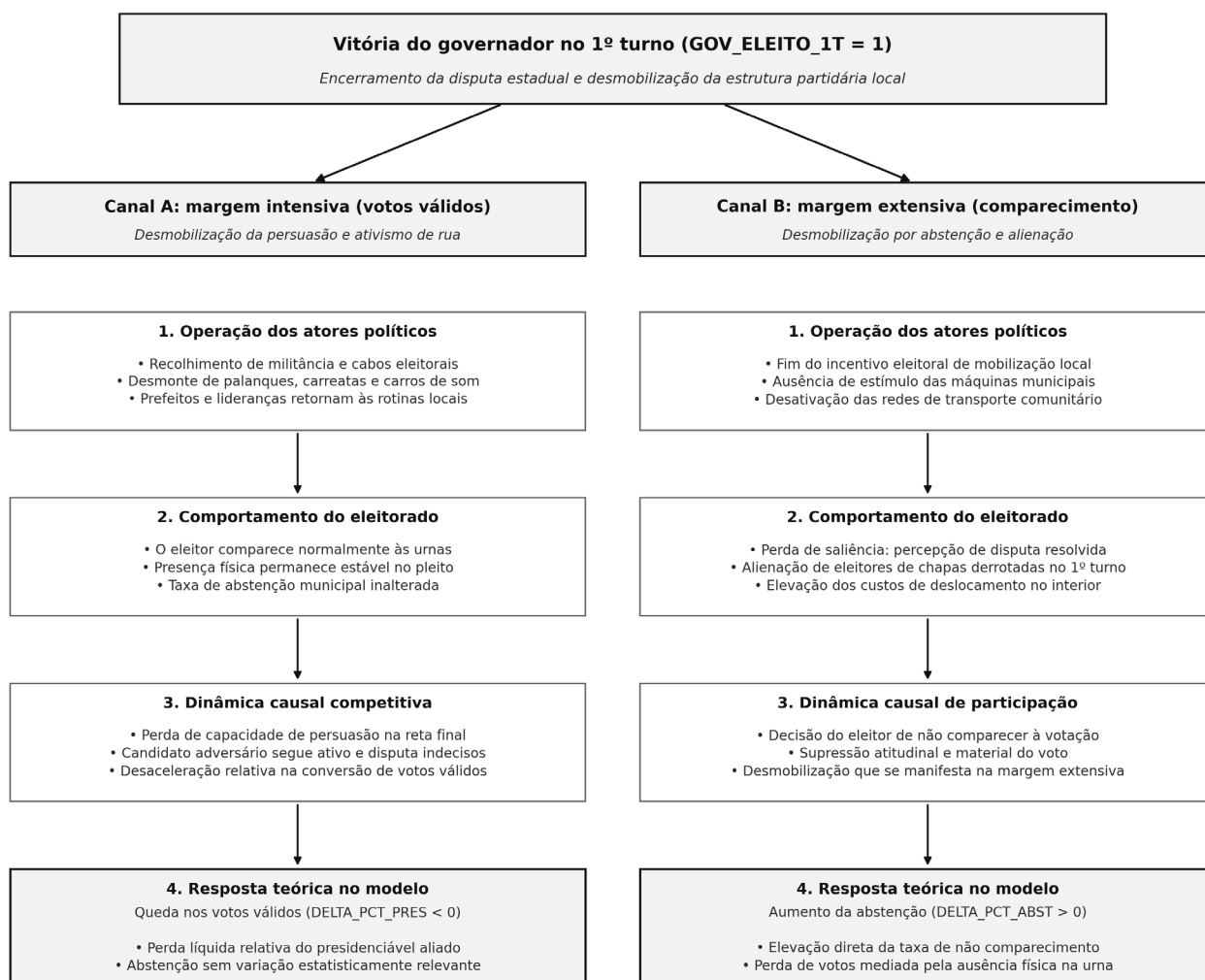
2.3 A dupla mecânica da desmobilização: margem intensiva versus a margem extensiva

A formalização teórica da pesquisa estabelece dois canais causais pelos quais a vitória antecipada do governador afeta o segundo turno presidencial (Figura 1):

- **Margem intensiva (persuasão e votos válidos):** opera sobre os eleitores que comparecem normalmente às urnas. Com a vitória no primeiro turno, o candidato a governador recolhe militância, comícios e propaganda de rua; o comparecimento físico permanece inalterado, mas o candidato a presidente aliado sofre desaceleração relativa na conversão de votos válidos frente a uma oposição que mantém campanha ativa.
- **Margem extensiva (abstenção e comparecimento):** opera sobre a decisão de comparecer ou não à votação. A desmobilização manifesta-se pelo não comparecimento do eleitorado, impulsionada pela perda de saliência do pleito após a definição do governo estadual e pela desativação de estruturas de transporte para parte dos eleitores, sobretudo de áreas mais remotas.

Nosso modelo principal mede o efeito líquido agregado sobre a proporção de votos válidos do candidato a presidente. Em um segundo momento, medimos também como a taxa de abstenção atua sobre a desmobilização. Essa análise complementar serviu como um teste de mecanismo, demonstrando a complementaridade regional desses dois motores operacionais (Figura 1).

Figura 1: Modelo teórico da desmobilização eleitoral do 1º para o 2º turno



Fonte: Elaboração própria

3. Resultados do Modelo 1, com governadores eleitos no 1º ou 2º turno

O modelo principal (Modelo 1) avalia o impacto da vitória do governador no 1º turno diretamente sobre a subamostra de candidatos a presidente que tinham governadores aliados (N = 22.294 observações município-ano). Nesse modelo, a variável de tratamento considera apenas os casos de governadores eleitos.

Tabela 3: Estrutura e especificação de variáveis do Modelo Principal (Modelo 1)

Nome da variável	Função da variável	Descrição
DELTA_PCT_PRES	<i>Variável Dependente</i>	Crescimento do presidente no 2º turno: percentual de votos no 2º turno menos o percentual de votos no 1º turno na cidade.
GOV_ELEITO_1T	<i>Variável de tratamento</i>	Vitória do governador no 1º turno: assume valor 1 se a disputa estadual acabou no 1º turno (máquina desligada), e 0 se foi para o 2º turno (máquina ativa).
PCT_PRES_1T	<i>Controle de linha de base</i>	Votação inicial: percentual de votos obtido pelo candidato a presidente no 1º turno no município.
LOG_ELEITORADO	<i>Controle demográfico</i>	Porte da cidade: logaritmo do total de eleitores do município.
ANO_ELEICAO	<i>Controle de tempo</i>	Conjuntura de cada eleição: identifica se o ano foi 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 ou 2022.
SG_UF	<i>Controle de Estado</i>	Características fixas do estado: identifica a qual das 27 Unidades da Federação a cidade pertence.
CLUSTER_UF	<i>Ajuste de precisão</i>	Correção de dependência regional: ajusta a margem de erro agrupando as cidades do mesmo estado.

Fonte: elaboração própria

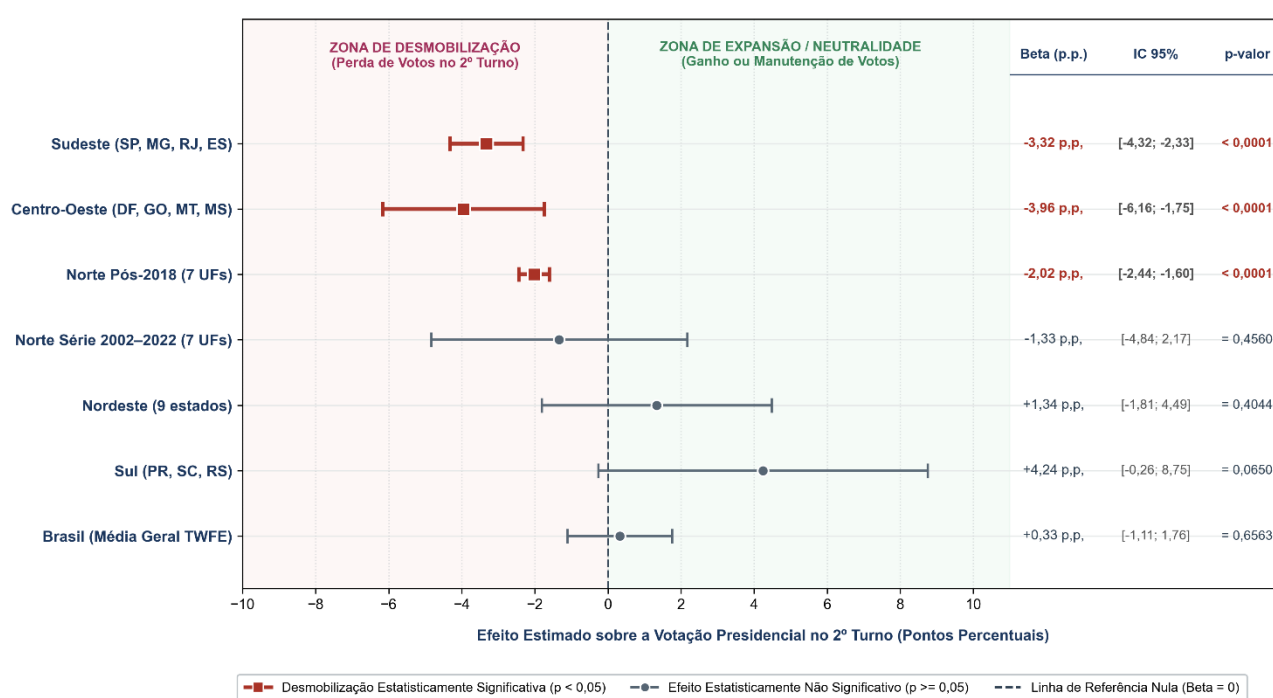
A Figura 2 apresenta as estimativas dos modelos regionais consolidados sob a especificação TWFE com erros-padrão clusterizados por UF. Pelos dados, é possível identificar três conclusões centrais.

1. Severidade no Centro-Sul: no Sudeste (-3,32 p.p., $p < 0,0001$) e no Centro-Oeste (-3,96 p.p., $p = 0,0004$), a vitória antecipada do governador impõe uma desaceleração média de 3,3 a 3,9 pontos percentuais no crescimento do candidato a presidente aliado no segundo turno. O encerramento precoce dos palanques estaduais desativa a estrutura de cabos eleitorais e os atos de rua, reduzindo a capacidade de atração de novos votos.
2. Imunidade estrutural do Nordeste: Nessa região, o impacto é positivo, porém o coeficiente é estatisticamente nulo (+1,34 p.p., $p = 0,4044$). A eleição presidencial atua como vetor autônomo de mobilização popular na região, operando desacoplada da definição do pleito

estadual.

3. Dinâmica temporal no Norte: a desmobilização eleitoral do segundo turno ganha significância estatística apenas no período recente pós-2018 (-2,02 p.p., $p < 0,0001$), refletindo, possivelmente, uma maior nacionalização e polarização das disputas locais.

Figura 2: Coeficientes do modelo por grande região e período (intervalos de confiança de 95%).



Fonte: Elaboração própria com microdados do TSE (2002-2022).

3.1 Mecanismos causais: abstenção logística versus persuasão de rua

A modelagem para a taxa municipal de abstenção funciona como demonstração da validade da nossa análise, indicando que a desmobilização eleitoral do 2º turno opera por meio de dois motores complementares no território nacional.

Tabela 4: Dimensões comparativas dos dois mecanismos de desmobilização

Dimensão de análise	Mecanismo 1: logístico / físico	Mecanismo 2: político / persuasão de rua
Variável dependente capturada	Taxa de abstenção (% faltosos 2T - 1T)	Percentual de votos válidos (variação dos votos válidos)
Natureza da desmobilização	Física e geográfica (fim do transporte de eleitores)	Militância, persuasão e ativismo eleitoral (desmonte de campanha de rua)
Ação dos operadores locais	Desativação de vans, ônibus e apoio a deslocamentos	Recolhimento de cabos eleitorais, carreatas e comícios
Regiões de predomínio	Região Norte e Região Nordeste	Região Sudeste e Região Centro-Oeste
Comportamento do eleitor	O eleitor quer votar, mas não consegue chegar à urna	O eleitor comparece, mas o aliado perde a persuasão

Fonte: Elaboração própria

3.1.1 A dissociação empírica regional

Os resultados da abstenção confirmam empiricamente essa dualidade dos mecanismos.

No Norte e Nordeste (motor logístico): O encerramento do pleito estadual no 1º turno eleva expressiva e significativamente a abstenção (+2,51 p.p., $p = 0,0004$ no Norte; e +2,11 p.p., $p = 0,0016$ no Nordeste). Nessas regiões de grande extensão geográfica e áreas rurais/ribeirinhas, a máquina do governador é indispensável para o transporte comunitário até as seções.

No Sudeste e Centro-Oeste (motor de persuasão): A abstenção permanece estatisticamente inalterada (+0,64 p.p., $p = 0,1592$ no Sudeste), mas a perda de votos válidos do aliado atinge -3,32 p.p. ($p < 0,0001$). Em centros urbanos densos, o eleitor comparece à urna por meios próprios, mas a ausência da militância e das carreatas reduz a capacidade de conversão de votos.

Em âmbito nacional: A ausência de disputa estadual no 2º turno eleva a abstenção geral do país em +1,03 p.p. ($p = 0,0405$).

3.1.2 Casos ilustrativos

Para demonstrar como esses dois mecanismos operam, examinamos dois casos reais de 2022:

- **Caso 1: A desativação logística no 1º turno – Mazagão (AP, eleições 2022):** Em 2022, o candidato a governador Clécio Luís (Solidariedade, coligado formalmente à chapa nacional de Lula no TSE) venceu a eleição no 1º turno no Amapá. Com a eleição estadual definida, a logística de embarcações fluviais e transporte rodoviário rural foi desativada pelas equipes locais no segundo turno. Essa combinação de fatores ampliou a taxa de abstenção. Em Mazagão, essa taxa saltou de 14,30% no 1º turno para 28,59% no 2º turno – uma alta de +14,29 p.p. de faltosos (a abstenção praticamente dobrou). Sem transporte para levar eleitores às urnas, o crescimento de Lula estagnou no município, avançando apenas +2,15 p.p. nos votos válidos.
- **Caso 2: A tração de campanha em disputa total no 2º turno – São Paulo (SP, eleições 2022):** A eleição para o governo paulista em 2022 seguiu ao 2º turno entre Tarcísio de Freitas (Republicanos, aliado de Jair Bolsonaro) e Fernando Haddad (PT, partido de Lula). Com os dois palanques estaduais ativos, comitês, carreatas e militância operaram em capacidade plena até a véspera da votação. A disputa acirrada reduziu a abstenção em todo o estado de São Paulo em -0,55 p.p. (190,7 mil eleitores a mais votando no 2º turno), com queda média de -0,87 p.p. entre os municípios. Tracionado pela campanha ativa de Tarcísio de Freitas, Jair Bolsonaro cresceu +7,53 p.p. nos votos válidos estaduais (+1,98 milhão de votos nominais a mais no 2º turno), com ganho médio de +5,83 p.p. entre os 645 municípios paulistas.

Ressalva metodológica: Em toda a série (2002 a 2022), a eleição de 2022 foi o único pleito em que o comparecimento nacional no 2º turno superou o do 1º turno (+564,3 mil votantes e recuo geral de -0,36 p.p. na abstenção), contrariando a regra histórica de esvaziamento eleitoral (que registrava perdas médias de 1,4 a 4,5 milhões de eleitores no 2º turno entre 2002 e 2018).

Contudo, mesmo sob essa maré atípica de engajamento nacional, o modelo demonstra o papel decisivo da máquina política estadual: quase 70% desse ganho de comparecimento (+387,6 mil eleitores) concentrou-se exclusivamente nos 12 estados com segundo turno ativo para governador (como São Paulo), onde a abstenção média recuou -0,40 p.p. Em contrapartida, nos 15 estados onde o governador liquidou a eleição no 1º turno (como Minas Gerais e Rio de Janeiro), a abstenção média nos municípios na verdade aumentou (+0,28 p.p.). Essa comparação contrafactual demonstra que a existência de um segundo turno estadual competitivo operou como catalisador institucional de mobilização de rua, entregando

tração eleitoral substantivamente superior à observada onde a estrutura local já estava desmobilizada.

4. Testes de robustez

Para submeter as estimativas a uma segunda validação empírica e garantir que os coeficientes não decorram de viés de especificação ou viés de sobrevivência (apenas governadores aliados eleitos), realizamos testes formais de robustez. Para isso, estimamos o Modelo Robusto (V2) com a variável STATUS_PALANQUE, que expande a amostra para 27.950 municípios ao incorporar também as candidaturas estaduais aliadas que disputaram o segundo turno e foram derrotadas. O objetivo é testar se o mecanismo de tração eleitoral provém da presença física da campanha de rua nas semanas intermediárias, independentemente do resultado das urnas no estado.

O segundo teste aplica o estimador de Diferenças em Diferenças (DiD) na base completa de mais de 66 mil observações, por meio do termo de interação GOV_ELEITO_1T * ALINHADO_COLIGACAO. Esse modelo compara diretamente o desempenho dos candidatos aliados frente aos de oposição, testando se a desaceleração de votos no segundo turno atingiu de forma seletiva e exclusiva a chapa cuja máquina política local foi desmobilizada.

Tabela 5: Estrutura e especificação de variáveis dos testes de Robustez (Modelo 2)

Nome da variável	Função da variável	Descrição
STATUS_PALANQUE	Teste de mobilização	Palanques ativos no 2º turno: classifica se o aliado venceu no 1ºT, se disputou o 2ºT e venceu, ou se disputou o 2ºT e foi derrotado, testando o efeito da campanha ativa.
ALINHADO_COLIGACAO	Controle de vínculo partidário	Alinhamento político-institucional: assume valor 1 para candidaturas presidenciais com coligação formal com o governador no TSE, e 0 para a oposição.
GOV_ELEITO_1T * ALINHADO_COLIGACAO	Estimador DiD	Termo de Interação: testa se a perda de votos no 2º turno ocorreu exclusivamente na chapa aliada desmobilizada, comparando o resultado da situação contra a oposição

MARGEM_50	Variável de Forçamento RDD	Distância do limiar de 50%: mede a distância percentual da votação do líder estadual em relação à linha de corte dos 50% dos votos válidos no 1º turno
DUMMY_POS_2018	Controle de ruptura temporal	Corte temporal recente: separa a série histórica em dois ciclos — pré-2018 (2002 a 2014) e pós-2018 (2018 e 2022) — para testar a reorganização eleitoral recente (efeito Norte).

Fonte: Elaboração própria

4.1 Comparativo lado a lado dos modelos e mecanismos de abstenção

A Tabela 6 consolida de forma direta e intuitiva a comparação lado a lado entre o Modelo Principal (V1, aliados governadores vencedores), o Modelo de Robustez (V2, com aliados governadores eleitos ou derrotados no 2º Turno) e o Modelo de Abstenção Eleitoral, sintetizando o diagnóstico e o mecanismo predominante em cada região:

Tabela 6: Comparativo consolidado dos modelos

Região	Modelo 1 (V1) Votos válidos (eleitos)	Modelo robusto (V2) Votos válidos (eleitos + 2T)	Modelo de abstenção Taxa de faltosos (2T - 1T)	Amostra (N)	Mecanismo predominante
Sudeste	-3,3240 p.p. (p < 0,0001)	-1,3809 p.p. (p = 0,0054)	+0,6411 p.p. (p = 0,1592)	8.517 obs (4 UFs)	Margem intensiva: desmobilização política de rua e militância.
Centro-Oeste	-3,9553 p.p. (p = 0,0004)	-2,9774 p.p. (p = 0,0014)	+0,7542 p.p. (p = 0,0131)	1.908 obs (4 UFs)	Margem intensiva e extensiva: desmobilização severa e persistente.
Norte	-1,3334 p.p. (p = 0,4560)	-0,3582 p.p. (p = 0,7884)	+2,5119 p.p. (p = 0,0004)	2.340 obs (7 UFs)	Margem extensiva: desativação do transporte rural/fluvial comunitário.
Nordeste	+1,3391 p.p. (p = 0,4044)	+0,9913 p.p. (p = 0,4870)	+2,1107 p.p. (p = 0,0016)	8.745 obs (9 UFs)	Imunidade a perdas nos válidos: tração presidencial autônoma.

Sul	+4,2445 p.p. (p = 0,0650)	+4,1736 p.p. (p = 0,0653)	+0,0699 p.p. (p = 0,2359)	6.440 obs (3 UFs)	Efeito marginal nos válidos e ausência de impacto na abstenção.
Brasil (geral)	-0,0250 p.p. (p = 0,9833)	-0,0130 p.p. (p = 0,9908)	+1,0340 p.p. (p = 0,0405)	27.950 obs (27 UFs)	Média agregada nula decorrente de cancelamento regional recíproco.

Fonte: elaboração própria

A comparação entre os modelos V1 e V2 revela três achados fundamentais:

1. Estabilidade no Centro-Oeste: a inclusão de todos os aliados derrotados no 2º turno (aumento amostral de 51%, de 1.258 para 1.908 municípios) confirma que a vitória antecipada no 1º turno impõe uma perda estatisticamente significativa de -2,98 p.p. (p = 0,0014) sobre o crescimento do presidenciável aliado.
2. Depuração do efeito no Sudeste: nessa região, o coeficiente ajusta-se de -3,32 p.p. para -1,38 p.p., mas mantém significância estatística (p = 0,0054). Esse ajuste demonstra que o modelo original incorporava parte da bonificação de vitórias estaduais no 2T. Ao compará-lo contra todas as campanhas ativas de 2T, isolamos o efeito líquido real do desmonte da máquina local.
3. Equivalência empírica do palanque ativo (processo vs. resultado eleitoral): ao testar a diferença entre ter um aliado estadual que venceu versus um que perdeu o 2º turno, o modelo demonstra que o crescimento do candidato a presidente é estatisticamente idêntico nos dois cenários (beta = -0,13 p.p., p = 0,9091). Esse achado demonstra a existência do mecanismo causal: o que entrega votos para a chapa presidencial no segundo turno tende a ser a existência de uma infraestrutura de campanha ativa nas ruas, e não o desfecho da apuração para o governo do estado.

Conclusões

Os resultados deste *working paper* testaram a hipótese corrente de que liquidar a eleição de governador no primeiro turno produz efeitos nos votos das candidaturas presidenciais aliadas no segundo turno. Nesses 20 anos de

disputas presidenciais e estaduais, o Brasil apresentou um padrão persistente de eleições presidenciais sempre com 2º Turno, e disputas estaduais com distribuições quase equivalentes. Em 162 pleitos examinados, mais da metade (54,94%) foi liquidada no 1º Turno, enquanto 45,06% seguiram para a disputa na segunda fase.

Com esse padrão, construímos um modelo do tipo painel, com controle dos efeitos fixos (Two-Way Fixed Effects – TWFE). Como temos diferentes cenários regionais e conjunturas políticas que variaram ao longo das duas últimas décadas, buscamos, com esse modelo, neutralizar esses efeitos dos estados e das eleições de cada ano.

A evidência, baseada em mais de duas décadas de microdados eleitorais, demonstra que o encerramento antecipado da disputa estadual funciona como um dreno de votos presidenciais. A desmobilização das campanhas dos governadores na segunda etapa das disputas afeta o desempenho dos candidatos a presidente. Esse comportamento, no entanto, não ocorre em nível agregado, apenas quando examinamos por regiões.

No Centro-Oeste e no Sudeste, a ausência de palanque estadual ativo impõe perdas de -1,38 p.p. a -2,98 p.p. no avanço do candidato a presidente aliado no 2º Turno. Essa perda apresenta associação significativa com o desmonte das estruturas de persuasão e mobilização de rua.

O teste de robustez a partir da inclusão de todos os aliados derrotados no 2ºT (Modelo V2) demonstrou a consistência desses achados, ao demonstrar que a mobilização de campanha durante as semanas intermediárias traciona a votação federal com a mesma força independentemente de o candidato a governador vencer ou perder a disputa estadual.

A modelagem sobre a abstenção eleitoral, por sua vez, revelou a coexistência de dois mecanismos operacionais de desmobilização: a margem extensiva (desmobilização logística e de transporte de eleitores, predominante no Norte e Nordeste) e a margem intensiva (desidratação na persuasão política de rua, predominante no Sudeste e Centro-Oeste).

Com esses achados, apresentamos algumas contribuições para os estudos sobre comportamento eleitoral. Para a coordenação de campanhas eleitorais, o estudo demonstra que ter uma eleição estadual decidida no primeiro turno exige uma reengenharia imediata da presença de rua da chapa presidencial, sob pena de ver a candidatura sofrer perdas marginais críticas em estados onde a oposição mantém sua máquina plenamente mobilizada.

Nessa perspectiva, é possível falar de um grau considerável de fragilidade dos acordos federativos de natureza eleitoral. Quando o interesse estadual imediato é satisfeito no 1º Turno, os aliados locais tendem ao comportamento de *free-rider* (carona), reduzindo seu investimento na campanha federal. Ter um governador aliado eleito no 1ºT no Sudeste ou Centro-Oeste exige que a campanha presidencial assuma diretamente a estrutura de rua, sob pena de sofrer perdas importantes, sobretudo em contextos de eleições acirradas.

Em disputas presidenciais hipercompetitivas (como as de 2014 e 2022, decididas por margens inferiores a 3% dos votos válidos), perdas regionais de 1,3 a 3,0 pontos percentuais no Sudeste e Centro-Oeste têm capacidade de alterar o resultado nacional.

Outra contribuição deste estudo reside no diálogo com os debates recentes no Supremo Tribunal Federal (ADPF 1013) e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a regulamentação do transporte público gratuito no dia da votação¹. O estudo demonstra que, na ausência de transporte público universalizado e formal, o encerramento das campanhas locais suprime a presença de uma parcela expressiva dos eleitores, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

Mesmo quando há ocorrência de 2º Turno na disputa estadual, o que implica a manutenção das campanhas ativas, identificamos um aumento das taxas de abstenção de +1,61 p.p. (Nordeste) a +5,13 p.p. (Norte). Embora o aumento seja atenuado pela manutenção das campanhas, os resultados demonstram que a abstenção ainda continua sendo uma barreira à participação dos eleitores no Norte e Nordeste.

Referências

Angrist, J. D., & Pischke, J.-S. (2009). *Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion*. Princeton University Press.

Imai, K., & Kim, I. S. (2021). On the use of two-way fixed effects regression models for causal inference with panel data. *Political Analysis*, 29(3), 405–415. <https://doi.org/10.1017/pan.2020.33>

¹ Em 18/10/2023, o Plenário do STF julgou, por unanimidade, a ADPF 1013, decidindo que o Poder Público tem o dever de fornecer serviço gratuito de transporte coletivo nos dias de eleições.

Autoria

Fábio Vasconcellos

Cientista político, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É pesquisador de pós-doutorado do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Representação e Legitimidade Democrática (ReDem) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Normas para colaboração



O **ReDem Working paper do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Representação e Legitimidade Democrática (ReDem)** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados ainda não publicados.

Os relatos de pesquisas devem conter até 5 mil palavras. A decisão sobre a sua publicação cabe à Editora a partir da avaliação de dois pareceristas.

O resumo dessas notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão e deve destacar as conclusões). O título da nota de pesquisa deve conter até 100 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas ao final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão APA 2019 (7ª edição).

As notas de pesquisa devem ser enviadas por e-mail ao seguinte endereço wpinctredem@gmail.com aos cuidados da Editora.



Copyright© 2026
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Representação e Legitimidade Democrática (INCT-ReDem)

ReDem Working paper. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática

Editores: Maiane Bittencourt (UFPR; INCT ReDem)

Conselho editorial: Adriano Codato (UFPR), Bruno Bolognesi (UFPR), Carolina de Paula (UERJ), Ednaldo Ribeiro (UEM), Graziella Testa (FGV), Jaqueline Zulini (FGV), Karolina Roeder (UNINTER), Luciana Veiga (UNIRIO/FGV), Maria Alejandra Nicolás (UNILA), Maria Cecília Eduardo (UFPR), Nara Pavão (UFPE), Renato Perissinotto (UFPR)

Financiamento:

CNPq. Processo n. 406649/2022-7
Fundação Araucária INC2024191000001

**Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Representação e Legitimidade Democrática**

Universidade Federal do Paraná
Departamento de Ciência Política
Rua General Carneiro, 460, sala 515
Curitiba - PR - BRASIL CEP 80060-150
E-mail: inct.redem@gmail.com ▪ URL: <https://redem.tec.br/>

Direitos e permissões

O texto e os dados nesta publicação podem ser reproduzidos desde que a fonte seja citada.

O *Working Paper ReDem* dissemina resultados de trabalhos em andamento para incentivar a troca de ideias. Os documentos são assinados pelos(as) autores(as) e devem ser citados de acordo com a referência abaixo.

Os resultados, interpretações e conclusões expressos no working paper são de responsabilidade das(os) autoras(es) e não refletem necessariamente as visões do INCT ReDem.

Os **ReDem Working papers** estão disponíveis online [<https://redem.tec.br/>]. Assinaturas podem ser feitas por e-mail wpinctredem@gmail.com

Como citar

Vasconcellos, F. (2026). Efeitos da continuidade ou encerramento da eleição estadual sobre o voto presidencial no 2º turno (2002–2022). *ReDem Working Paper*, INCT ReDem, 3(4), agosto.

Rights and Permissions

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.

The disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly.

The findings, interpretations, and conclusions expressed are the responsibility of the authors and do not necessarily reflect the views of the INCT ReDem.

Working papers are available online [<https://redem.tec.br/>] and subscriptions can be requested by email to wpinctredem@gmail.com

How to cite

Vasconcellos, F. (2026). Efeitos da continuidade ou encerramento da eleição estadual sobre o voto presidencial no 2º turno (2002–2022). *ReDem Working Paper*, INCT ReDem, 3(4), August.